

GENIO NOVAES



Professores agitam a Constituinte de novo

Povo volta ao Congresso e faz muito barulho

O povo voltou a tomar conta do Congresso Nacional, depois de mais de um mês afastado. Ontem, a movimentação começou logo cedo, com a chegada de caravanas de professores, estudantes de Comunicação e policiais militares. Eles vieram de toda parte do País, para pressionar os constituintes a aprovarem suas propostas. E o trabalho de convencimento atingiu a todos os parlamentares, independente de integrarem ou não a Comissão de Sistematização.

A rotina da Assembleia Nacional Constituinte, que nos últimos tempos vinha se caracterizando pela pequena movimentação nos corredores e total ausência de platéia nas galerias foi radicalmente alterada. Para alguns seguranças da Câmara, no dia de ontem a frequência à Constituinte deve ter aumentado em cerca de 80 por cento. E, até mesmo as funcionárias que trabalham no balcão que serve café e água, ao lado do Salão Verde da Câmara, sentiram a mudança do ritmo. Desde cedo elas trabalharam sem parar e, por volta das 17 horas, já haviam utilizado dez quilos de pó de café.

Logo no início da sessão da tarde da Comissão de Sistematização, cerca de 100 jornalistas que cobrem diariamente o Congresso deixaram de lado suas tarefas profissionais e subiram às galerias, assumindo a posição de "lobbistas". A eles se juntaram estudantes de Comunicação vindos de vários Estados, defendendo a manutenção da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão. Dos 93 constituintes com direito a voto, somente sete se posicionaram pelo fim da exigência. O resultado foi comemorado com muitos aplausos e conseqüente acionar da campanha de silêncio pelo presidente da mesa, deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ).

Os professores vieram em 37 ônibus, de seis Estados do País. De forma organizada, eles se dividiram em comissões, visitando principalmente os integrantes de uma lista de 93 parlamentares que, segundo eles, não estavam ainda com posições claras a favor de suas propostas. As 16h, reunidos em frente à rampa do Congresso, eles fizeram um ato público, com muitos discursos e faixas, além de bandeiras do PC do B. Em apoio às reivindicações dos professores, estiveram presentes ao ato parlamentares do PT, PTB, PC do B e do grupo progressista do PMDB (MUP). "A presença de vocês aqui, muda o cenário da Constituinte e rompe com o isolamento a que estão submetidos os parlamentares", disse o deputado Gumerindo Milhomem (PT-SP).

A cada visita feita a um constituinte, os professores apresentavam suas reivindicações e pediam sua assinatura a um documento, com suas principais propostas: ensino público e gratuito para todos e em todos os níveis; exclusividade das verbas oficiais para escolas públicas; aposentadoria especial aos 25 anos; gestão democrática das instituições de ensino em todos os níveis; vinculação dos salários aos salário mínimo e plano de carreira unificado.

Quanto aos militares, também fizeram ontem um trabalho organizado de visitas e contatos. Eles eram cerca de 180 policiais militares, entre soldados, cabos e até coronéis, representados através de diretores de todos os Clubes de Oficiais da PM do País, Clubes de Subtenentes e Sargentos, Centros Sociais de Cabos e Soldados, Associação dos Policiais Militares de São Paulo, Associação dos Pensionistas do Estado de São Paulo e Clubes de Oficiais da Reserva.

Segurança rígida faz ato atrasar

Professores de 1º e 2º graus de diversos estados participaram ontem à tarde de manifestação em frente à rampa do Congresso Nacional, organizada pela Confederação dos Professores do Brasil (CPB). Marcado para começar às 15h, o ato público só teve início às 16h45min, sob sol forte, porque até aquele momento não havia sido autorizado pela mesa da Constituinte. Ao liberar a manifestação o diretor de segurança do Congresso Nacional, Fernando Paulucci, informou que os professores não haviam solicitado autorização prévia.

Enquanto representantes de mais de 1 milhão de professores de 1º e 2º graus de escolas públicas de todo o País aguardavam o sinal verde para iniciar a defesa de suas causas, cerca de 30 representantes de associações de docentes das universidades brasileiras se reuniram com o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, na Comissão de Sistematização.

Liderados pelo presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), Newton Lima Neto, os professores entregaram a Cabral, às 15h, um documento avaliando o tratamento dado a questão da educação no segundo substitutivo do relator da Constituinte.

Mesa não deixa jornalista torcer

Por causa dos critérios estabelecidos pela Mesa da Constituinte, mais de 600 professores e cerca de 100 estudantes de Comunicação foram impedidos de chegar às galerias do plenário da Câmara, para onde foram transferidos ontem os trabalhos de votação do projeto de Constituição. Embora durante quase toda a sessão os 900 lugares permanecessem vazios, só por volta do meio-dia, graças à interferência do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) o presidente da Constituinte Ulysses Guimarães liberou 450 cadeiras, o que permitiu que os manifestantes ainda conseguissem presenciar o encerramento da sessão matutina, através de um rodízio entre os que perma-

O presidente da Andes entregou ainda ao relator um dossiê assinado por políticos e professores, solidários com os 12 docentes demitidos recentemente pela direção da Universidade Santa Ursula (Rio de Janeiro) por motivos políticos de acordo com Lima Neto.

NO documento a Andes reivindica a introdução no texto da Constituinte da garantia de aposentadoria integral para os professores aos 25 anos de carreira, gratuidade de verbas públicas para o ensino público, vinculação de 18 por cento dos recursos da União e 25 por cento dos estados para a educação e faz críticas ao artigo 241 do segundo substitutivo de Cabral.

O artigo confere ao Conselho Federal de Educação (CFE) competência para definir o planejamento da educação em todos os níveis.

Bernardo Cabral considerou o artigo um equívoco que poderá ser retirado através de medida supressiva. O relator prometeu aos professores introduzir a questão da aposentadoria integral na Constituinte, mas lamentou não poder inserir o item que trata da exclusividade de verbas públicas para a escola pública. Segundo ele, é certa

a aprovação da vinculação de verbas à educação.

CORPO A CORPO

Além da manifestação em defesa da escola pública os professores de 1º e 2º graus iniciaram ontem um trabalho junto aos constituintes para garantir a introdução das bandeiras da categoria na nova Carta. "Estamos realizando um corpo a corpo junto aos deputados e vamos acompanhar a votação do substitutivo de Cabral", informou o presidente da CPB, Tomaz Wonghon.

Participaram da manifestação representantes de partidos políticos e os deputados Hermes Zanetti (PMDB/RS) e Otávio Elísio (PMDB/MG), que acompanharam os docentes das universidades durante o encontro mantido com o deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM).

Portando faixas, e se protegendo do sol com viseiras de papel, coloridas com as palavras diretas já; os professores defenderam além do ensino público e gratuito, verbas para a educação, exclusividade dos recursos públicos para escolas públicas, e um plano único de carreira que beneficie inclusive os professores leigos.

neceram do lado de fora.

Pelo esquema montado pela Mesa, para cada dia de votação cada membro da Comissão de Sistematização tem o direito de receber duas senhas para o acesso às galerias, o que equivale a cerca de 250 passes. Acontece que os parlamentares quase sempre se esquecem de buscar as senhas para que sejam distribuídas aos que desejam presenciar a votação. Ontem, antes da liberação dos 450 lugares por Ulysses Guimarães, não havia mais de 20 espectadores distribuídos entre as 900 cadeiras do Plenário da Câmara.

Um dos líderes dos professores na Constituinte, o deputado e ex-secretário

da Educação de Minas Gerais, Otávio Elísio, tentou inutilmente reverter os critérios adotados pelo regimento junto aos líderes partidários. Ele reclamou que, a persistir tal procedimento de seleção, as galerias permanecerão vazias e o povo distante da apreciação do projeto constitucional.

Depois que os professores e estudantes de Comunicação conseguiram adentrar nas galerias, a sessão ficou mais agitada, o que provocou o protesto irado do deputado Gérson Peres (PDS/PA). Alvo de sonoras vaias contra a qualidade de seus votos, Peres enfrentou a massa, aos berros: "Vocês vão vaiar na casa de vocês seus..."